

Inquérito Civil Público n. 06.2021.00002749-0

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço do Oeste, e, de outro lado, a **REJANE CÁSSIA PERETTI - Primma Portas**, CNPJ n. 15.987.508/0001-00, com sede na Rodovia SC 157, n. 343, Área Industrial, São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representada por REJANE CÁSSIA PERETTI, CPF n. 053.758.409-95, telefone n. (49) 3344-3428 (onde recebe notificações), doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**,

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis, mormente os interesses coletivos, na forma dos artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, "a", da Lei Federal n. 8.625/1993;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, sobre "medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

**CONSIDERANDO** que a Portaria Interministerial n. 5, publicada em 17 de março de 2020 pelos Ministérios da Saúde e da Justiça e da Segurança Pública, prevê medidas de combate à pandemia, dentre elas, isolamento, quarentena, medidas compulsórias de procedimentos de saúde e investigação epidemiológica, além de requisição de bens e serviços;

**CONSIDERANDO** a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região oeste do Estado, situação que pode vir a ser identificada em outras regiões a qualquer momento, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas;

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus (SARSCoV-2), o que significa dizer que a enfermidade epidêmica é amplamente disseminada para além das fronteiras de um país;

**CONSIDERANDO** que a ampla velocidade do supracitado vírus em agravar pacientes, levando os sistemas de saúde a receber demanda acima de sua capacidade de atendimento aponta para a inexistência de recursos público humanos e materiais suficientes para receber e tratar paciente no município de São Lourenço do Oeste;

**CONSIDERANDO** as determinações da Portaria SES Nº 87 DE 29/01/2021, do Governo do Estado de Santa Catarina, que autorizam as operações das atividades industriais no território catarinense desde que atendam os requisitos elencados pela portaria;

**CONSIDERANDO** que o artigo 1º da Portaria SES Nº 87 DE 29/01/2021 estabelece requisitos tais como: "Uso de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros"; "afastamento mínimo de 1,5 m entre as pessoas"; Disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos para higienização das mãos"; "Intensificar a higienização de utensílios com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar", entre outros requisitos a serem observados pelas indústrias;

**CONSIDERANDO** ainda, a Lei municipal n. 2.586/2021 do Município de São Lourenço do Oeste/SC, que conceitua, no seu artigo 2º, as as infrações administrativas ao enfrentamento da emergência publica decorrente da COVID-19 e estabelece, no seu artigo 3º, quais condutas são consideradas infratoras;

**CONSIDERANDO** que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para região de Xanxerê permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado), e que o prognóstico é de que essa situação permaneça por longo período;

**CONSIDERANDO** as diversas denúncias recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde, de que há pessoas portadoras da COVID-19 trabalhando em estabelecimentos industriais, comerciais e inclusive prestadores de serviço da área da saúde, por exigência de seus empregadores, em uma ação criminosa e em total desrespeito com a situação caótica vivenciada na saúde pública e até mesmo de caráter desumano com os colaboradores (Dec. Municipal n. 7.149/2021);

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil Público n. 06.2021.00002749-0 instaurado a partir de notícia oriunda da Vigilância Sanitária Municipal de São Lourenço do Oeste/SC que registra o descumprimento de normas sanitárias de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) pela empresa REJANE CÁSSIA PERETTI - PRIMMA PORTAS, notadamente diante de:

1) Todos os funcionários não estarem utilizando máscaras durante o turno de trabalho;

Ocasionando a infração ao disposto nos artigos 2º e 3º, caput, IV e V da Lei Municipal n. 2.586/2021 c/c artigo 1º, I, III, VIII e X da Portaria SES Nº 87 DE 29/01/2021 (Auto de infração n. 010 Série H – anexo).

**CONSIDERANDO** que, até o momento, a Empresa REJANE CÁSSIA PERETTI - PRIMMA PORTAS, está exercendo suas atividades sem observância ao

disposto na legislação sanitária acima citada e portanto, de maneira irregular;

**CONSIDERANDO**, de outro turno, que a mencionada empresa possui sua atividade registrada e regulamentada sem notícias de que esteja descumprindo outras normas ou legislações;

**CONSIDERANDO** ainda a relevância social da empresa para a comunidade lourenciana, pois possui fins econômicos e lucrativos, gerando empregos e contribuindo com a economia local do município;

**CONSIDERANDO**, outrossim, o não cumprimento da utilização dos EPI's descritos no PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) pelos funcionários e colaboradores expostos a poeiras contínuas do processo de lixação de portas, que é absorvido diretamente pelas vias aéreas desses profissionais, especificamente o no uso da máscara para filtração da poeira e os riscos de contrair a Covid-19.

**CONSIDERANDO**, finalmente, a necessidade de serem adotadas medidas urgentes e eficazes para que REJANE CÁSSIA PERETTI - PRIMMA PORTAS, estabelecido no Município de São Lourenço do Oeste atenda o disposto na Portaria SES Nº 87 DE 29/01/2021, na Lei Municipal n. 2.586/2021 e demais normas que regulamentam as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19);

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA e o** compromissário REJANE CÁSSIA PERETTI - PRIMMA PORTAS **RESOLVEM**, formalizar, por meio deste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

## **1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

**1.1** A partir da assinatura deste Termo, o **COMPROMISSÁRIO** se adequará integralmente às normas de saúde contra a disseminação do coronavírus, como determinado pela Vigilância Sanitária no Relatório do Inquérito Civil e no Auto de Infração n. 010 Série H.

**1.2** Para esse fim, no prazo de 5 dias implementará as seguintes medidas:

**A)** Instituir a **obrigatoriedade do uso de máscaras** para proprietário(s), gestor(es), administrador(es) e funcionário(s), em toda e qualquer dependência da empresa e durante todo o turno de trabalho ou pelo período que ali permanecerem, observando os seguintes critérios:

- i)** Uso da máscara cuidadosamente cobrindo a boca e o nariz e amarrada com segurança, para minimizar os espaços entre a face e a máscara;
- ii)** Enquanto estiver em uso, evitar tocar na máscara;
- iii)** Remover a máscara usando a técnica apropriada (ou seja, não tocar na frente, mas remover soltando as amarras);
- iv)** Após a remoção, ou sempre que tocar inadvertidamente na máscara usada, higienizar as mãos usando preparação alcoólica ou água e sabonete líquido (ou espuma);
- v)** Descartar imediatamente a máscara após a remoção, não sendo permitido reutilizar máscaras descartáveis;
- vi)** Caso a máscara fique úmida, substituir por uma nova, limpa e seca a ser providenciada pela empresa/indústria aos gestores e colaboradores.

**1.3** No prazo de 20 dias, implementará as medidas quanto aos EPI's:

**A)** Instituir e fiscalizar a **obrigatoriedade do uso de EPI's** para os funcionários na área de lixação de portas, durante todo o turno de trabalho ou pelo período que ali permanecerem, observando os seguintes critérios:

- i)** Uso da máscara cobrindo a boca e o nariz, para não ficarem expostos a poeiras contínuas do processo de lixação de portas, o que é absorvido diretamente pelas vias aéreas;
- ii)** Uso de outros EPI's obrigatórios para Empresas;
- iii)** fornecer obrigatoriamente os EPI's à todos os funcionários.

**1.4** No mesmo prazo de 5 dias, o **COMPROMISSÁRIO** também irá estabelecer **Protocolo de Orientação** para gestores e colaboradores da empresa/indústria, mediante a colocação de cartazes e informativos em todas as dependências da empresa/indústria com as seguintes orientações:

a) Uso obrigatório de máscaras em toda e qualquer dependência da empresa/indústria, durante todo o turno de trabalho ou pelo período que ali permanecer;

b) Lavagem de mãos com água e sabão ao chegar e sair do posto de trabalho, bem como ao adentrar ou sair de algum ambiente da fábrica/indústria; Após a lavar as mãos e em casos de necessidade, usar um anti-séptico para as mãos à base de álcool 70%; Quando não dispor de água e sabão, pode ser utilizado as preparações alcoólicas (álcool gel, por exemplo);

b) Evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas; Caso isso ocorra, devem realizar a higienização das mãos e/ou uso de álcool gel imediatamente.

c) Não realizar aproximação a menos de 1,5 metros de outro funcionário ou pessoa presente no ambiente da empresa;

d) Em caso de febre e sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar, principalmente) devem imediatamente comunicar ao responsável técnico e se afastar das atividades;

e) Indivíduos doentes que apresentem sintomas respiratórios devem seguir as recomendações de afastamento e isolamento recomendadas pelos profissionais de saúde;

f) ao usar bebedouros, que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;

**1.5** O **COMPROMISSÁRIO** se obriga ainda, **de forma permanente**, a fiscalizar todos os colaboradores da empresa/indústria no cumprimento das orientações estabelecidas no **Protocolo de Orientações**.

## **2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO SOBRE A EMPRESA/INDÚSTRIA**

**2.1** A fiscalização deste ajuste será realizada pela Vigilância Sanitária do Município de forma espontânea e sem aviso prévio.

**2.2** O **COMPROMISSÁRIO** fica ciente de que, no caso de descumprimento das obrigações anteriores, será proposta Ação Judicial para responsabilização pessoal do gestor da empresa/indústria e para que as atividades sejam interrompidas, sob pena de multa diária, até que as normas de segurança estejam sendo cumpridas.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA MULTA PRÉ-FIXADA**

**3.1** O **COMPROMISSÁRIO** se obriga, **no prazo de 10 (dez) dias** contados da assinatura do presente Termo, a providenciar o pagamento à vista do valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** a título de multa pelo descumprimento, já consumado, às normas sanitárias de prevenção e combate ao contágio e propagação do coronavírus, mediante **depósito único do valor**, a ser realizado na conta da Secretaria de Saúde indicada no escopo do projeto com os seguintes dados para depósito:

**Banco:** 104 – Caixa Econômica Federal

**Agência:** 1884

**Operação:** 006

**Conta corrente:** 71010-4

**3.2** Feito o depósito, o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a encaminhar o comprovante de depósito do valor para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, através do e-mail **saolourencodooeste01pj@mpsc.mp.br** ou via whatsapp da Promotoria, no telefone n. **(49) 9. 9200-4156**, identificando-se pelo nome completo e encaminhando o comprovante em seguida.

#### **4 CLÁUSULA QUARTA – DA MULTA DE EXECUÇÃO**

**4.1** Pelo descumprimento de qualquer das obrigações descritas nas cláusulas acima referidas, o(a) COMPROMISSÁRIO(a) ficará sujeito(a) a **multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais visando à interdição da empresa/indústria.

**4.2** A multa estipulada será revertida ao Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC (CNPJ n. 11.359.214/0001-75), mais especificamente para aplicação no projeto "Recurso para enfrentamento a COVID-19", mediante depósito realizado na conta da Secretaria de Saúde indicada no escopo do projeto com os seguintes dados para depósito:

**Banco:** 104 – Caixa Econômica Federal

**Agência:** 1884

**Operação:** 006

**Conta corrente:** 71010-4

**4.3** Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou documento equivalente lavrado pelo órgão fiscalizador.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura.

**5.2** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil.

**5.3** O ajuste engloba tão somente o cumprimento de normas federais, estaduais e municipais relacionadas à prevenção do contágio e propagação do coronavírus, bem como de normas de enfrentamento à pandemia de COVID-19.

**5.4** O Ministério Público obriga-se a não adotar qualquer medida judicial civil contra o **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens acordados, caso o



ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado.

**5.5** Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos acima fixados, por caso fortuito ou força maior deverá ser comunicada imediatamente quando surgir o problema à Vigilância Sanitária e à Promotoria de Justiça, que avaliarão a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá ser firmado termo aditivo a este ajustamento;

**5.6** Oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde e a Vigilância Sanitária cientificando-os do presente TAC.

**5.7** O arquivamento da investigação por violação de normas de saúde e consequente remessa ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação será realizada após eventual aceite do compromisso.

**5.7 o COMPROMISSÁRIO** concorda, desde já, que as comunicações do órgão de execução sejam realizadas no telefone n. (49) 3344-3428 ou meio tecnológico similar com a comprovação do recebimento pelo mesmo meio tecnológico utilizado.

**5.8** Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

São Lourenço do Oeste, 25 de junho de 2021.

Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes  
**Promotor de Justiça**

Rejane Cássia Peretti  
Compromissário(a)

